**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS -
SICONF 05/11 a 09/11/2018**

**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018**

**Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de
contabilidade e finanças na Economia 4.0.**

**Breve histórico da regulação dos bancos
digitais no Brasil**

Raul Lucas Tanigut Brisola Maciel (raulmaciel@hotmail.com.br)
UFPR/FAE

Resumo

Este estudo busca traçar um breve histórico da regulação dos bancos digitais no Brasil. Com o desenvolvimento tecnológico, as instituições bancárias e os clientes se voltaram para um novo modelo de negócio, o das contas e dos bancos digitais, cabendo aos órgãos reguladores o desafio de readequar as normas do setor financeiro, seja pela adaptação das regras vigentes, quando possível, ou pelo estabelecimento de novas regras. No Brasil, essa regulação cabe ao Banco Central do Brasil (BCB) e ao CMN (Conselho Monetário Nacional), que têm constantemente buscado conformar a regulação ao avanço da tecnologia, tendo como objetivo manter a eficiência e a segurança do sistema financeiro.

Palavras-chave: Bancos; Bancos digitais; Regulação Bancária.

Área Temática: V. Finanças Corporativas

1 Introdução

Os bancos digitais, cuja movimentação ocorre exclusivamente por meio eletrônico, surgem no contexto dos avanços tecnológicos dos últimos anos, que impactaram o setor bancário, tornando possíveis a abertura e o encerramento de contas, a realização de transferências, o acesso a linhas de crédito e a investimentos sem que o cliente precise em momento algum ir até uma agência bancária física. Esse modelo de operação se apresenta desde o início como um desafio para as instituições já estabelecidas, para as entrantes e para os órgãos reguladores. Para os bancos, essas mudanças tecnológicas representaram uma redução dos custos de coleta, processamento e uso das informações, o que lhes permitiu otimizar inúmeros processos, incluindo o cálculo de riscos, de crédito e de custos, por exemplo (DAVIS; TUORI, 2000).

Em relação ao público usuário dos serviços bancários, a taxa de bancarização da população brasileira, índice "obtido a partir da divisão da quantidade de CPFs únicos ativos no Banco Central do Brasil de pessoas com mais de 15 anos pela população a partir dessa mesma idade" (FEBRABAN, 2017, p. 23), passou de 72,4%, em 2008, para 81,2%, em 2012, atingindo 90,4%, em 2016 (FEBRABAN, 2017). Essa bancarização carrega também um novo perfil de consumo dos serviços bancários, devido ao aumento do acesso à internet e a dispositivos eletrônicos. Em 2014, o número de transações bancárias realizadas por meio do mobile banking era inferior ao das realizadas em agências bancárias, por ATM (autoatendimento) e pelo internet banking. Em 2017, o mobile banking passou a ser o canal com o maior número de transações (FEBRABAN, 2018).

Quanto à adequação da regulação às mudanças do setor financeiro, Jesus (2017, p. 10) expõe que

enquanto a tecnologia e a inovação, principalmente quando disruptivas, estabelecem naturalmente uma nova forma de relacionamento entre os produtos/serviços ofertados e o público consumidor, as normas aplicáveis a estes mesmos temas opera em um ritmo bem mais lento. Quando se fala em setores altamente regulados como o financeiro, então, a discrepância de velocidade se torna ainda mais latente. Isso porque, mais do que simplesmente acomodar esses novos serviços em um padrão regulatório já existente, o que se exige do regulador é estabelecer uma nova lógica regulatória para reger os serviços prestados de forma inovadora.

O desenvolvimento tecnológico constantemente cria novas ferramentas e lança novos desafios. Os órgãos reguladores precisam acompanhar as inovações do setor, buscando garantir a manutenção da segurança e da eficiência das transações dos bancos já estabelecido e dos entrantes, pois os avanços tecnológicos e a mudança na forma de oferta dos serviços pode permitir a entrada de novas empresas, geralmente menores e sem uma grande estrutura física (BULLOCK, 2018). Buscando analisar como a estrutura regulatória brasileira tem comportado essas mudanças e os novos serviços - ou novas formas de ofertar antigos serviços -, este estudo tem como objetivo traçar um breve histórico da regulação dos bancos digitais pelos órgãos reguladores. Na próxima seção, apresentamos alguns dos principais aspectos em torno da Regulação do sistema bancário. Em seguida, como os órgãos reguladores brasileiros têm estabelecido a Regulação dos bancos digitais. E, por fim, as principais Conclusões deste trabalho.

2 Regulação do sistema bancário

A atividade das instituições bancárias envolve riscos como o de liquidez e o de crédito e o setor financeiro se destaca em relação aos outros setores da economia por implicar o chamado risco sistêmico, que corresponderia ao "contágio", com a crise ou a quebra de um

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

banco se propagando para outras instituições. Dessa maneira, a possibilidade desse risco - cujos efeitos não se limitam às instituições financeiras e ao setor financeiro e cujo alcance pode atingir outros setores da economia-, justifica a regulação no sistema financeiro, pois um problema de origem local pode se transformar em global (CASTRO, 2007). Em um sistema bancário regulamentado, a maior parte das falências bancárias ocorre de maneira isolada, sem afetar as demais instituições e o conjunto do sistema (FREITAS, 2000).

O governo tem poderes que o setor privado não possui, como a capacidade de coagir e de prescrever medidas de retaliação, podendo promover a adoção de medidas que tem como objetivo limitar a alavancagem e a atuação dos bancos em determinadas atividades, quando puderem implicar um alto risco para a instituição e para o sistema (GUINLE, 1999). A regulação restringe a liberdade do agente econômico, substituindo a escolha privada em relação a determinadas atividades e, dessa maneira, pode ter uma determinada ação sobre uma instituição em específico, mas com o objetivo final de evitar a crise sistêmica (CASTRO, 2007; FARACO, 2012). O surgimento dos bancos centrais está associado às recorrentes crises bancárias, constituindo-se um banco central como um emprestador de última instância. Dessa forma, a regulação tem também como propósito evitar que os bancos centrais tenham de exercer essa função de última instância, sendo preferível e recomendável regular e supervisionar as ações dos bancos privados (CORAZZA, 2000).

A base para essa regulação se encontra nas falhas de mercado - como assimetrias informacionais, concentração econômica e externalidades (PINTO, 2011). A assimetria de informações pode ser apontada como um dos principais motivos para a regulação, pois o objetivo, nesse caso, seria a redução da hipossuficiência dos investidores e terceiros em geral. A assimetria tem origem no fato de alguns depositantes, normalmente os grandes, poderem arcar com um determinado custo de informação e os pequenos não. Assim, ocorre uma situação em que

depositantes grandes pagam pela informação que desejam e portanto têm como avaliar de forma mais apurada o nível de risco que assumem. E os depositantes pequenos, que não tendo como pagar pela informação disponível a determinado preço, não têm acesso à ela e portanto não mensuram com precisão o risco que tomam. (GUINLE, 1999, p. 9)

Essa assimetria pode ser reduzida por meio da intervenção dos órgãos reguladores no mercado financeiro, o que pode conferir maior racionalidade nas opções de investimentos e nas práticas dos agentes (CARVALHO, 2007). Portanto, além da proteção contra o risco sistêmico, a intervenção estatal por meio de sua estrutura de regulação também tem como objetivos a proteção dos consumidores dos serviços financeiros e o aumento da eficiência do sistema financeiro (YAZBEK, 2009 apud CARVALHO, 2007).

Para Guinle (1999, pp. 3-4),

regulação, no sentido genérico da palavra, significa dirigir, monitorar de acordo com um conjunto de regras que objetivam orientar determinado segmento na condução de sua atividade. No caso do sistema financeiro, especificamente no caso do sistema bancário, a regulação significa uma série de limitações e orientações contábeis, operacionais e administrativas que devem ser seguidas e que são fruto de constante monitoração por parte do órgão regulador.

De acordo com Pinto (2011, pp.1-2), o corpo de regras e mecanismos de regulação do setor bancário pode ser classificado em duas categorias:

Em primeiro lugar, tem-se a regulação sistêmica, destinada a proporcionar uma rede de segurança aos bancos para impedir que as externalidades negativas decorrentes do alto grau de integração entre eles provoquem a disseminação de crises isoladas para

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

outros participantes do sistema financeiro. Em segundo lugar, encontra-se a regulação prudencial, que busca controlar o nível de risco assumido pelos bancos em suas atividades. A regulação prudencial possui caráter mais preventivo, procurando delinear regras que mantenham a higidez do setor bancário e do sistema financeiro como um todo, de modo que, embora seja apresentada de maneira separada, atua de forma complementar à regulação sistêmica.

Carvalho (2007) considera que a regulação do mercado financeiro brasileiro ocorre de três maneiras: regulação de condutas, regulação prudencial e regulação sistêmica. Convergindo com Pinto (2001) em relação à prudencial e à sistêmica, Carvalho (2007) trabalha também com a regulação de condutas, que é a atribuição de estabelecer obrigações ou procedimentos para os agentes do mercado financeiro, podendo autorizá-los ou proibi-los de determinadas práticas. Para Guinle (1999), a regulação do sistema financeiro acaba se configurando mais como uma regulação negativa, ou seja, baseada na proibição e na limitação da atividade das instituições, do que efetivamente positiva, baseada no incentivo ao crescimento. Carvalho (2007, p. 91), ao analisar a regulação do sistema financeiro brasileiro, expõe que

para lograr efetividade de proteção e confiabilidade, não basta ao Estado determinar ou impedir certas condutas aos agentes do mercado, mas, também, fiscalizar e punir. A regulação exercida pela CVM e BCB, por exemplo, não se limita à normatização de condutas, de acordo com a política e normas promulgadas pelo CMN; mas, também, pressupõe atividade de fiscalização e aplicação de sanção, mediante instauração de procedimento administrativo próprio (com fulcro na Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997).

Os Acordos de Basiléia I e II, também analisados por Castro (2007) e Carvalho (2007), são orientações para a instituição de regras e práticas que busquem garantir a regulamentação e a estabilidade do sistema financeiro - dispondo sobre: exigência de capital mínimo; acompanhamento e medição de riscos; supervisão das atividades dos bancos, e; disciplina do mercado. O Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (Basel Committee on Banking Supervision – BCBS) não pode por si só definir e aplicar as regras, mas as suas orientações têm enorme peso por reunir os bancos centrais de diversos países e promover a sua cooperação para reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas no sistema financeiro (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, 2016, 2018a). Entre outros, os Acordos de Basiléia consolidam um princípio fundamental de que

os bancos devem garantir seus compromissos com seu próprio capital, pois é sobre essa capacidade de cada banco que repousa a solidez do sistema, ou seja, um sistema bancário seguro é aquele em que os bancos-membros são capazes de garantir suas obrigações, se for preciso, até com seu capital próprio. (CORAZZA, 2000, p. 89)

O debate em torno da regulação e o conjunto das regras já válidos para os bancos tradicionais, também valem para os bancos digitais, os quais, além das normas já existentes, demandam também regras específicas.

3 Regulação dos bancos digitais

Como "são os fatos que geram a necessidade de intervenção no mercado, exatamente porque ele não pode ser relegado às próprias forças" (CANDELOORO, 2012, p. 54), a regulação sobre os bancos digitais só pode ocorrer após bancos (tradicionais ou entrantes) se movimentarem em direção à constituição dos bancos digitais. Para Jesus (2017, p. 38),

Como primeiro desafio a ser enfrentado pelos reguladores podemos citar o timing da regulação: uma vez que recursos digitais são atualizados quase que diariamente, é

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

impossível às regras acompanhar tal evolução. E, ainda que o regulador perceba uma necessidade premente de interferência, ainda serão necessários, de sua parte, estudos e verificação de aspectos operacionais e legais antes da implementação de qualquer norma. Existe assim uma defasagem lógica entre o uso de uma tecnologia e o momento de o agente regular esse mesmo fato.

Bank for International Settlements (2018b) aponta outro problema em relação ao momento da regulação: se os órgãos reguladores não conseguirem acompanhar as mudanças do setor, pode ocorrer de a operação dos bancos se tornar dependente de atividades ou de ferramentas ainda não reguladas. Essa situação não é desejável para as instituições, pelo risco jurídico e econômico envolvido, para os órgãos reguladores, pelas consequências sistêmicas que esse cenário pode implicar, e tampouco para os consumidores, que podem ficar numa situação de insegurança jurídica e financeira. Em Banco Central do Brasil [BCB] (2016c, p. 51) podemos observar como o BCB, o principal órgão responsável pela regulação e pela supervisão do sistema financeiro nacional, tem se posicionado em relação às mudanças tecnológicas:

O Banco Central do Brasil (BCB) reconhece a importância tanto do emprego de novas tecnologias, cuja aplicação pode se estender por toda a indústria, incluindo métodos de pagamentos, de compensação e de liquidação, como também a importância de formas inovadoras de prestação de serviços. De maneira consoante, encoraja o desenvolvimento dessas novas tecnologias no mercado financeiro, pois isso pode estimular a concorrência no mercado, o que impacta sua eficiência e possibilita a oferta de produtos a preços menores aos clientes, atingindo maior parcela da população.

Por outro lado, o BCB se mostra vigilante em relação à introdução de inovações na medida em que elas possam ter consequências sobre a solidez do sistema financeiro. Novas formas de prestação de serviços implicam a necessidade de métodos atualizados de acompanhamento de seu emprego e de um marco regulatório tempestivamente aprimorado, de forma a garantir o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e das infraestruturas do mercado financeiro.

Como as regras tradicionais nem sempre contemplam integralmente os novos serviços – havendo riscos em duas direções, de acordo com Jesus (2017): por um lado, o fato de não haver determinadas regras pode prejudicar a segurança dos consumidores e do sistema, mas, por outro lado, a aplicação de regras já existentes pode acabar por prejudicar o desenvolvimento da inovação -, faz-se necessário o estabelecimento de novas regras. Corazza (2000, p. 87) também aborda a questão, considerando que "se, por um lado, a história tem mostrado que a livre concorrência bancária inevitavelmente gera crises, por outro, a forte regulação e a supervisão pode m afetara eficiência e a rentabilidade, além de engendrem o risco moral".

Entre os documentos que regulam o funcionamento dos bancos digitais, há algumas que valem também para os bancos tradicionais, mas para as suas modalidades de contas digitais. Como é o caso da Resolução CMN nº 3.919, de 2010, que "altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências" (Conselho Monetário Nacional[CMN], 2010, p. 1). Essa resolução foi um importante passo por considerar como um serviço bancário essencial e sobre o qual é vedada a cobrança de tarifas a "prestação de qualquer serviço por meios eletrônicos, no caso de contas cujos contratos prevejam utilizar exclusivamente meios eletrônicos" (CMN, 2010, p. 2).

Por meio dos incisos I e II do parágrafo primeiro, CMN (2010, p. 3) dispõe que a cobrança de tarifas é permitida nos casos de "utilização dos canais de atendimento presencial ou pessoal, bem como dos correspondentes no País, por opção do correntista, estando

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

disponíveis os meios eletrônicos", mas que "o atendimento presencial ou pessoal ou por meio dos correspondentes no País não sujeita o cliente ao pagamento de tarifas, se não for possível a prestação dos serviços por meios eletrônicos ou se estes não estiverem disponíveis", garantindo, portanto, a gratuidade das contas movimentadas exclusivamente por meios eletrônicos, as chamadas contas digitais. Seguindo essas regras, alguns bancos tradicionais, como Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, também chegaram a lançar suas modalidades de contas digitais, mas algumas foram descontinuadas logo em seguida (PAPP; OLIVEIRA, 2017).

As principais normas que dão forma à regulação específica das contas digitais e dos bancos digitais foram estabelecidas apenas a partir de 2016. Embora os seus efeitos valham para os bancos tradicionais e para os bancos digitais, a Resolução CMN nº 4.474 é essencial para esse movimento do sistema regulatório nacional em relação às novas tecnologias.

Dispõe sobre a digitalização e a gestão de documentos digitalizados relativos às operações e às transações realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sobre o procedimento de descarte das matrizes físicas dos documentos digitalizados e armazenados eletronicamente. (CMN, 2016a, p. 1)

E define, em seu artigo 4º, que o processo de digitalização de documentos e de manutenção de documentos digitalizados deve assegurar:

- I - integridade, autenticidade, confidencialidade e possibilidade de rastreamento do documento digitalizado;
- II - proteção do documento digitalizado contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução e a destruição não autorizados;
- III - rastreamento e auditoria dos procedimentos empregados;
- IV - padrão de qualidade da imagem do documento digitalizado que garanta a sua legibilidade e uso; e
- V - indexação que possibilite a localização, o gerenciamento e a preservação do documento digitalizado, bem como posterior conferência da regularidade das etapas do processo adotado. (CMN, 2016a, p. 5)

Inserida no Projeto Otimiza BC, essa regulamentação tem o propósito de oferecer às instituições financeiras a modernização da gestão dos documentos (BCB, 2016a). Em seguida, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.479, que determina as situações em que poderão ser oferecidos canais de atendimento exclusivamente eletrônicos. Alterando a Resolução CMN nº 3.694, que "dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil" (CMN, 2009, p. 1), a Resolução CMN nº 4.479 prevê que as instituições não podem "recusar ou dificultar, aos clientes e usuários de seus produtos e serviços, o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa", exceto nos casos de dependências exclusivamente eletrônicas e de "prestação de serviços de cobrança e de recebimento decorrentes de contratos ou convênios que prevejam canais de atendimento exclusivamente eletrônicos" (CMN, 2009, p. 2).

Desse conjunto de resoluções, a Resolução CMN nº 4.480, de 2016, sobre a abertura e o encerramento de contas por meio eletrônico, pode ser considerada como a mais importante. A resolução apresentada busca estar em conformidade com os esforços dos reguladores de estimular as inovações do segmento bancário, mantendo a segurança necessária e possibilitando a expansão da oferta de produtos e serviços financeiros por meio eletrônico (BCB, 2016c). De acordo com BCB (2016b), a aprovação dessa resolução permite a ampliação, com segurança e eficiência, da oferta de produtos e serviços financeiros à população. De maneira introdutória, os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º da Resolução

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

determinam que "consideram-se meios eletrônicos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre clientes e as instituições referidas no caput" e que "a utilização exclusiva de canal de telefonia por voz não é considerada meio eletrônico para fins do disposto nesta Resolução" (CMN, 2016c, p. 1). A partir da Resolução CMN nº 4.630, que alterou o artigo 2º da Resolução nº 4.480, o Conselho Monetário Nacional determinou que

As instituições mencionadas no art. 1º podem realizar a abertura de contas de depósitos por meio eletrônico para pessoas naturais e microempreendedores individuais (MEIs), observadas as disposições das Resoluções ns. 2.025, de 24 de novembro de 1993, e 3.211, de 30 de junho de 2004. (CMN, 2016c, p. 1)

A redação original do artigo 2º da Resolução CMN nº 4.480 previa a realização da abertura de contas de depósitos por meio eletrônico apenas por pessoas naturais, sendo um avanço a expansão desta possibilidade para os microempreendedores individuais por meio da alteração promovida pela Resolução CMN nº 4.630 - observadas a Resolução CMN nº 2.025, que "altera e consolida as normas relativas à abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos" (CMN, 1993, p. 1), e a Resolução CMN nº 3.211, que "altera e consolida as normas que dispõem sobre a abertura, manutenção e movimentação de contas especiais de depósitos à vista e de depósitos de poupança" (CMN, 2004, p. 1). Do ponto de vista dos clientes dos bancos digitais, outro ponto fundamental da Resolução CMN nº 4.480 está em seu artigo 4º, que define que deve ser assegurada ao cliente a possibilidade de encerramento por meio eletrônico das contas de depósito abertas por meio eletrônico.

A segurança aparece entre as principais preocupações do BCB em relação à abertura de contas por meio eletrônico:

As tecnologias atualmente disponíveis possibilitam que as instituições estruturem seus controles internos de modo a garantir um processo de abertura de conta seguro e eficaz, propiciando maior comodidade a seus clientes. Nesse sentido, é possível implementar mecanismos de segurança para verificar as informações relativas aos clientes, entre as quais se destacam a validação de dispositivos eletrônicos de acesso aos sistemas da instituição, a geolocalização do cliente, a captura de cópia de documentos e foto digitais, gravação de imagem e detecção de presença do usuário, assinatura digital etc., mantendo todos os dados necessários ao acompanhamento do processo e ao rastreamento das informações para fins de auditoria. (BCB, 2016c, p. 66)

Dessa maneira, os artigos 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Resolução CMN nº 4.480 se referem aos procedimentos de segurança exigidos por parte das instituições, à obrigação de confirmar e garantir a identidade do proponente e a autenticidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados, à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e à adoção de procedimentos para assegurar a confiabilidade das tecnologias empregadas no processo (BCB, 2016b) – observado o disposto na Resolução CMN nº 4.474, mencionada acima, e em sua "definição de procedimentos e de tecnologias relativas ao armazenamento, à manutenção, à restauração e ao acesso aos documentos eletrônicos e às informações utilizadas na abertura e no encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico" (CMN, 2016c, p. 2).

A mais recente, a Resolução CMN nº 4.658, trata da obrigatoriedade da implementação e da manutenção de uma política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem (CMN, 2018b). A resolução considera "a crescente utilização de meios eletrônicos e de inovações tecnológicas no setor financeiro, o que requer que as instituições tenham controles e sistemas cada vez mais robustos, especialmente quanto à

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF 05/11 a 09/11/2018

resiliência a ataques cibernéticos" (BCB, 2018, p. 1). Por abordar a segurança cibernética, essa resolução não tem efeito apenas sobre os bancos digitais, mas sobre as demais instituições também. Para D'Andrea (2018, p. 1), essa resolução permite que "que as instituições reguladas avancem de maneira estruturada em um mundo cada vez mais digital, melhorem a relação de confiança com o mercado e sejam efetivas na gestão de riscos, no compliance e controles internos, enfim, na governança cibernética".

4 Conclusões

As mudanças na economia nas últimas décadas ocorreram em alta velocidade em todos os setores, mas especialmente no setor financeiro, representando mudanças relevantes para as empresas, para os consumidores e para os órgãos reguladores. O mundo passa a contar com bancos que, de certa maneira, existem apenas virtualmente, sem uma agência física, sem a necessidade de abrir ou encerrar a conta pessoalmente e com até mesmo o processo de envio de documentos podendo ser feito pela internet. No Brasil, o BCB tem buscado se adequar às mudanças tecnológicas, por meio de mecanismos modernos, eficientes e sustentáveis e aprimoramento do fluxo de informações entre o BCB e as instituições financeiras, empenhando-se para assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente (BCB, 2013). O conjunto de resoluções apresentado neste trabalho demonstra como o órgão tem buscado acompanhar a velocidade das mudanças. O ponto principal desta pesquisa, porém, é que a regulação disposta até o momento está longe de ser definitiva, tampouco está pronta. A migração cada vez maior do setor financeiro para os meios digitais deve ser contínua e, tudo indica, irreversível.

Referências

Banco Central do Brasil. **CMN – Voto do Banco Central – Reunião de 31/03/2016**. 2016a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/notas/15648>>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **CMN – Votos do Banco Central – Reunião de 22/4/2016**. 2016b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/notas/15661>>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **CMN – Votos do Banco Central – Reunião de 26/4/2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/notas/16455>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Discurso do presidente Alexandre Tombini na cerimônia de abertura do Programa Otimiza BC**. 2013. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/notas/14652>>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 15, n. 2, set. 2016c. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2016_09/refPub.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Basel Committee Charter**. 2016. Disponível em: <<https://www.bis.org/bcbs/charter.htm>>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **History of the Basel Committee**. 2018a. Disponível em: <<https://www.bis.org/bcbs/history.htm>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Sound Practices: Implications of fintech developments for banks and bank**

**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS -
SICONF 05/11 a 09/11/2018**

supervisors. Basileia: Basel Committee On Banking Supervision (bank For International Settlements), 2018b. 49 p. Disponível em: <<https://www.bis.org/bcbs/publ/d431.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BULLOCK , Michele. **Financial technology and payments regulation.** 2018. Disponível em: <<https://www.bis.org/review/r180723g.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CANDELORO, Ana Paula Pinho. Compliance como instrumento de fomento do mercado de capitais. **Revista RI**, São Paulo, n. 167, p.50-58, out. 2012. Disponível em: <[http://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/Compliance como instrumento.pdf](http://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/Compliance%20como%20instrumento.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARVALHO, Tomás Lima de. A regulação do mercado financeiro e a necessária intervenção estatal na autonomia privada. **Revista da Procuradoria-geral do Banco Central**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 77-107, dez. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pgbcb/122011/revista_pgbc_vol5_num2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

CASTRO, Lavinia Barros de. Regulação financeira – discutindo os acordos da basiléia. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p.277-304, dez. 2007. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12140>>. Acesso em: 11 out. 2018.

Conselho Monetário Nacional. **Resolução Nº 2.025, de 24 de novembro de 1993.** 1993. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/43500/Res_2025_v7_P.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 3.211, de 30 de junho de 2004.** 2004. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46379/Res_3211_v3_P.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 3.694, de 26 de março de 2009.** 2009. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47651/Res_3694_v4_P.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 3.919, de 25 de novembro de 2010.** 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49514/Res_3919_v4_P.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 4.474, de 31 de março de 2016.** 2016a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50177/Res_4474_v1_O.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 4.479, de 22 de abril de 2016.** 2016b. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50184/Res_4479_v1_O.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. **Resolução Nº 4.480, de 25 de abril de 2016.** 2016c. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50185/Res_4480_v2_P.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS -
SICONF 05/11 a 09/11/2018**

_____. **Resolução N° 4.630, de 25 de janeiro de 2018.** 2018a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50520/Res_4630_v1_O.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Resolução N° 4.658, de 26 de abril de 2018.** 2018b. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50581/Res_4658_v1_O.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CORAZZA, Gentil. Os dilemas da supervisão bancária. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p.85-99, jun. 2000. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1659/2027>>. Acesso em: 15 out. 2018.

D'ANDREA, Edgar. **Resolução N° 4.658: O que significa na prática para as instituições financeiras.** 2018. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/artigos/resolucao-n-4658-o-que-significa-na-pratica-para-as-instituicoes-financeiras.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

DAVIS, E. Phillip; TUORI, Klaus. **The changing structure of banks' income – an empirical investigation.** Londres: Brunel University, 2000. Disponível em: <<https://bura.brunel.ac.uk/bitstream/2438/876/1/00-11.pdf>>. Acesso em 27 set. 2018. (Economics and Finance Working papers, Brunel University, 00-11).

Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2017 (ano-base 2016).** São Paulo: Deloitte, 2017. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2018 (ano-base 2017).** São Paulo: Deloitte, 2018. Disponível em: <<https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Pesquisa%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%20FEBRABAN%202018.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FARACO, Alexandre Ditzel. Aplicação das normas gerais de concorrência nos setores regulados. In: MARTINEZ, Ana Paula (Org.). **Temas atuais de direito da concorrência.** São Paulo: Singular, 2012. Cap. 8. p. 359-391.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. A Evolução dos Bancos Centrais e Seus Desafios no Contexto da Globalização Financeira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.397-417, set. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117651>>. Acesso em: 11 out. 2018.

GUINLE, Ana Carla Abrão Costa. **A regulação bancária no Brasil.** 1999. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Escola de Pós-graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/163/00090860.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS -
SICONF 05/11 a 09/11/2018**

JESUS, Adriana Dias de. **Órgãos reguladores e inovação tecnológica: a transformação digital das instituições financeiras como desafio ao direito**. 2017. 54 f. Monografia (Especialização) – Curso de LL.M em Direito dos Mercados Financeiros e de Capitais, Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1661/ADRIANA_DIAS_DE_JESUS_Trabalho.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 out. 2018.

PAPP, Anna Carolina; OLIVEIRA, Malena. Promessa de facilidade, conta digital some de grandes bancos. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo. 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/seu-dinheiro,promessa-de-facilidade-conta-digital-some-de-grandes-bancos,70001740605>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PINTO, Gustavo Mathias Alves. **Regulação sistêmica e prudencial no setor bancário brasileiro**. 2011. 379 f. Tese (Doutorado) – Curso de Direito Econômico, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-03092012-145854/pt-br.php>>. Acesso em: 15 out. 2018.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.